

PROPRIEDADE



Num sentido primário ser livre significa independência, de alguma maneira sujeita à vontade. Para Stirner, aliás, este estágio da liberdade é insuficiente, dado que a liberdade existe estritamente somente enquanto ela é propriedade.

“No encontro nada que desaprovar na liberdade, porém te desejo mais do que liberdade; não deverias estar simplesmente livre daquilo que não queres; deverias também ter o que queres; não te é suficiente ser ‘livre’, debes ser mais, debes ser ‘proprietário’”.

Neste parágrafo se afirma claramente a original relação que Stirner estabelece entre os conceitos de liberdade e de propriedade. Um guarda em relação ao outro uma curiosa ligação de oposição.

O conceito de liberdade tem um sentido de privação e de negação, pois, alguém é livre no momento em que não existe

alguma coisa que lhe restrinja tal liberdade, seja porque não tem ou possui coerção, seja porque a tem negado. É assim, por exemplo, que eu estou livre das minhas obrigações quando já não as tenho como tais. Em palavras de Stirner: “Estar livre de alguma coisa significa simplesmente estar quito dela”.

O conceito de propriedade, por outra parte, obviamente tem o sentido da possessão, pois a propriedade é propriedade de um sujeito, por tanto é necessário que este se ligue ao possuído para que se constitua realmente em proprietário, tal ato de ligação é um ato da vontade, eu sou proprietário enquanto possuo o que quero.

Para Stirner, numa primeira instância, a liberdade alcança sua plenitude com a propriedade: “Minha liberdade chega a ser completa somente quando é meu poder: só por este último cesso de ser simplesmente livre para fazer-me indivíduo. Ser propriamente livre significa então ter o poder, não somente para desembaraçar-me daquilo que não quero e que me oprime, quer dizer, o sentido de privação e de negação da liberdade; senão também, ter o poder para obter aquilo que quero, a saber, a liberdade como propriedade.

Em toda tendência à liberdade podemos encontrar este último sentido, oculto como uma aspiração ao poder, que nos trata de desvelar o autor de “O único e sua Propriedade”. Assim, por exemplo, a aspiração a libertar-se da escravidão ou da pobreza não é somente a aspiração a desfazer-se das cadeias e do pedaço de pão ou dos andrajos, senão que a aspiração real consiste em chegar a ser cidadão, no primeiro dos casos, e assim poder gozar dos privilégios que esta condição outorga;

ou, no caso da pobreza, a aspiração última consiste em poder chegar a gozar do manjar e da seda, mas que, em definitivo, é o gozo da propriedade, é o gozo de si mesmo.

“De que te serve uma liberdade se não te dá nada?”.

A busca da liberdade, então, significa sempre para o sujeito uma forma de autodestino para alguma coisa, mas tal destino enquanto surge do sujeito mesmo converte novamente todas as coisas como sendo para mim. Por tanto, entender a liberdade de modo absoluto, desligada de qualquer fim ou utilidade, fazendo da liberdade um fim em si mesma, implica entender algo carente de conteúdo, quer dizer, não entendê-lo. Que ficaria se pudéssemos livrar-nos de todo? Que nos restaria se lográssemos conquistar a liberdade entendida de modo absoluto? Max Stirner nos responde: “... se tivesses libertado de todo, não terias já nada, porque a liberdade está, por essência, vazia de todo conteúdo”.

Stirner é claro a respeito, porque no fato de não ter nada está implícito o não ter nem sequer a si mesmo. Eu não sou minhas paixões, minha razão, meus sentimentos, etc.? E se eu procuro a liberdade absoluta, não terei também que me livrar das minhas paixões, da minha razão e de meus sentimentos? A liberdade entendida como sistemático desprendimento, como um ato de despojar-se, termina inevitavelmente numa perda da individualidade. Sem dúvida a busca da liberdade absoluta, entendida como disciplina do desligamento, atenta contra a individualidade. Max Stirner nos fala a respeito: “São nossos esforços de liberdade entendida de modo absoluto, de um preço infinito, o que nos despojaram da individualidade...”. A

conquista da liberdade não pode ser alcançada ao preço da individualidade.

Deixam-se atrás os esforços por conseguir a liberdade absoluta, poderíamos pensar, então, que estes esforços deveriam estar dirigidos à conquista de liberdades determinadas, quer dizer, dirigir nossos esforços à libertação de opressões específicas, mas isto significa apenas uma liberdade parcial. Stirner também critica esta posição que é, de alguma maneira, a que o homem tem assumido, segundo vemos através do prisma da história.

Na medida em que uma libertação é parcial, exige em razão da sua mesma parcialidade uma libertação ulterior, que, como também é parcial, não conseguirá jamais fechar o ciclo, de tal maneira que a mesma história é a história do fracasso sistemático das tentativas libertadoras em razão de que têm sido sempre parciais. "As lutas pela liberdade não tem tido em todo tempo por objetivo mas que a conquista de uma liberdade determinada".

Assim, por exemplo, no primeiro lugar o homem tem dirigido sua luta em prol da libertação da fé, o qual significa, em definitivo, libertarmo-nos da opressão de Deus; alguns a liberar ao homem da fé cega que se funde com o poder da brutalidade, outros a liberar ao homem de toda fé por quanto sustentam que toda fé é necessariamente cega. Em segundo lugar, o esforço se tem, dirigido contra a opressão que exerce o homem sobre o mesmo homem. A Revolução Francesa queria libertar-nos de todos os senhores e fundar assim a República. Mas, para outros, isto não significa senão dar-se um novo senhor, "a maioria reinante", logo dirigiram seus esforços a libertar o homem da desigualdade mesma.

No parecer de Stirner, todos estes esforços têm sido estéreis,

mais ainda, tem desembocado em novas formas de opressão. Os que queriam liberar-se da fé têm ficado escravos da sua incredulidade porque esta significa a limitação do homem ao meramente presente. Por outra parte, a Revolução Francesa, no melhor dos casos, substitui a opressão dos senhores pela ditadura da lei sobre o indivíduo. Por último, a igualdade socialista submete irremediavelmente o indivíduo à sociedade, convertendo aquele num escravo desta.

Quer dizer, a conquista de uma liberdade determinada implica sempre a utilização de um determinado domínio pelo qual obtemos tal liberdade, mas sob o qual ficamos irremediavelmente oprimidos: “A aspiração a uma liberdade determinada implica sempre a perspectiva de uma nova dominação...”.

Assim, simplesmente um amo substitui outro. E mais em diante: “A liberdade não pode ser mais que a liberdade toda inteira; um pico de liberdade não é liberdade”.

Desta maneira, segundo tem sido colocado o problema da liberdade, ficamos confrontados a uma aporia radical. Por um lado, a busca da liberdade entendida absolutamente atenta contra a individualidade, quer dizer, destrói o sujeito mesmo da liberdade. E, por outro lado, a conquista de uma liberdade determinada nos leva necessariamente a recair no domínio e uma nova opressão.

Parece, então, que o esforço libertador acaba, irremediavelmente, na autodestruição de si mesmo ou na construção de outra forma de domínio.

Qual é, então, a direção que devem levar nossos esforços de libertação? Ou, ainda mais, o homem pode ser efetivamente livre? Para responder estas perguntas, e assim resolver a aporia colocada, devemos nos remeter à mútua ligação estabelecida anteriormente entre liberdade e poder. Ser proprietário significa ter o poder para obter o que se quer, uma vez que, a obtenção é o que constitui em proprietário, mas, então, este indivíduo estaria atado ao que ele quer, precisamente por querê-lo; as quer porque não lhe fazem mal algum, mas, para que as quer? As quer, porque lhe produzem prazer, as quer para si, o fim de seu querer não são as coisas que ele quer, senão ele mesmo. Quer dizer, o centro de tudo, o que Stirner acentua, é o Eu. Portanto, a direção fica com isto claramente determinada: eu mesmo.

Esta busca da liberdade deve dirigir-se não a uma liberdade “fantasmagórica”, absoluta; nem mesmo as liberdades específicas que, no fundo, só nos colocam frente a outras dominações das quais teríamos que libertar-nos; senão que, a busca deve dirigir-se ao Eu, deve ser feita pelo Eu e deve terminar no Eu. Quer dizer, a liberdade, assumida como propriedade, será possível, só na medida em que o Eu seja a fonte, o motor e o fim de todo o atuar do indivíduo. Deste modo, o convite de Stirner fica claro: “Por que, pois, não ter um arranque de valor e não fazer de vós decididamente o centro e o princípio?”.

Portanto, na medida em que nos reconstituímos no que propriamente somos, quer dizer, indivíduos, poderemos ser livres.

Desta maneira, eu quero ser libertado, diz Stirner, de tudo o que não seja Eu, de tudo o que me nega, quer dizer, quero ser liberto de tudo o que atenta contra mim. Assim mesmo, tudo o

que eu quero, o que me serve, expande meu Eu, forma parte de mim mesmo; um amor ou uma vocação surge do Eu e desemboca no Eu. A liberdade é, então, uma forma radical consigo mesmo, a revelação do Eu. “Se a liberdade é o objeto de vossos esforços, sabeí querer sem detervos na metade do caminho! Quem, pois, pode ser livre? Tu, eu, nós! E livres de quê? De tudo o que não és tu, eu, nós! Eu sou o núcleo; eu sou a amêndoa que deve ser liberta de todas as suas cobertas, da casca na qual está envolta. E o que ficará quando eu for liberto de tudo o que não for eu? Eu, sempre e nada mais do que eu”.

O problema central da liberdade deve então ser novamente colocado: não se acaso eu me, posso libertar de tudo, pois há, justamente, coisas das quais não quero ser liberto, coisas que, pelo contrario, quero. Nem tampouco me apropriar daquelas coisas determinadas que quero, conquistando assim uma liberdade meramente particular. O problema central reside, como já temos deixado entrever, em definir o termo real do esforço libertador: Eu. Tal esforço começa por um saber de si. Pois se a liberdade somente se consegue por um acionar dirigido ao Eu e executado pelo Eu, devo saber claramente o que é este Eu para que este acionar tenha definido o seu sentido.

Stirner faz um chamado para conhecer-se a si mesmo para assim reconhecer o Eu como centro real de potestade e propriedade, de tal maneira poder discernir o que nos possui do que possuímos, já que ambos os elementos estão confundidos pela ignorância de si mesmo a tal ponto o homem acreditar ser proprietário daquilo que o escraviza. Conhecer-se a si mesmo é, pois, necessariamente aceitar-se como egoísta, como uma individualidade chamada a expandirse, como um Eu Todo-Poderoso que somente é livre na medida em que possui. Algum tempo

depois Nietzsche escrevia: “Os biólogos deveriam vacilar em acreditar que o instinto de conservação é o instinto fundamental de todo organismo vivo. A vida mesma é vontade de poder.

A conservação de si mesmo é somente uma das conseqüências indiretas mais freqüentes”.

Etambém: “... os mais fortes e os mais fracos são todos iguais em que estendem seu poder quanto podem”.

O que coloca Stirner não é, portanto, um chamado a fazer-se egoísta, senão a aceitar-se, de fato, como tal. O homem é um eu envolto sobre si mesmo, toda forma de distorção deste fato, seja porque não se conhece como fato ou se tenta evitar suas conseqüências, impede a liberdade uma vez que se falsifica o seu sujeito. Assim, a propriedade implica numa relação com outro, com um sujeito que não é propriedade de alguém, mas, pelo contrário, alguém que está voltado sobre si mesmo. Este é, portanto, o primeiro passo para que o indivíduo conquiste sua liberdade.

Na raiz do caráter individual do indivíduo encontramos sua condição de ser livre. O indivíduo é, portanto, radical, pela sua unicidade e pela sua exclusividade. Minha unicidade me diz eu, minha exclusividade me diz os outros. A unicidade, pois, fundamenta a liberdade por quanto estabelece um centro único, separado do todo, que concentra em si o poder e que considera o outro como aquilo do qual se pode apropriar.

A exclusividade significa outro ser estritamente outro, quer dizer, o choque com outros indivíduos pela conquista de tudo

aquilo que não é cada um se dá entre desiguais, o que permite, em definitiva, que o indivíduo possa conquistar. Stirner, referindo-se ao caráter livre do indivíduo nos diz: "... é original, essencialmente livre, porque não reconhece mais que a ele; não tem que começar por libertar-se, porque a priori rejeita tudo fora dele, porque não aprecia mais que a ele, não coloca nada por cima dele; em soma, porque parte de si mesmo e chega a si mesmo".

Trataremos agora de compreender melhor em que medida o indivíduo se faz proprietário e também como o consegue. A primeira questão de alguma maneira já está esclarecida: o indivíduo consegue ser proprietário, quer dizer, radicalmente livre, na medida em que ele é, para ele mesmo, a medida de todas as coisas. Se isto é assim, portanto, toda moral, toda religião, toda legalidade, em definitiva, toda Idéia, não devem estar por cima do indivíduo, não devem guiá-lo e menos ainda ser o centro de seu acionar. E isto deve ser assim para evitar que o homem fique oprimido, dominado por alguma coisa que está fora dele.

O indivíduo é uma interioridade, um ser voltado sobre si mesmo, não é um ser excêntrico; ele se dirige ao outro o entendendo como aquilo do qual se pode apropriar, como alguma coisa que lhe pode proporcionar utilidade e gozo. As conclusões que se podem tirar partindo da consideração do indivíduo como a medida de todo são de extrema gravidade, conclusões que, por outro lado, Stirner não deixa de assinalar na sua obra.

Sendo eu a medida de todo para mim mesmo, então, o fato fundamental da minha existência será meu poder. Eu só me tenho a mim mesmo e a minha necessidade de expandir-me, já que meu

próprio poder é a capacidade de constituir-me a mim mesmo como medida de todo, e isto, ser medida de todo é o que me define como eu mesmo: eu estou sozinho, com meu poder, frente a tudo.

A vida, desta maneira, é o campo de batalha onde se juntam a combater os indivíduos, onde cada um tenta ser proprietário na medida de seu poder. A agressividade, portanto, é fundamental para o indivíduo. A agressividade é, então, conseqüência da individualidade do indivíduo e é necessária para a conquista da sua liberdade e da conservação da sua identidade.

Fazendo uma comparação com Nietzsche: "Por natureza sou belicoso. Atacar forma parte dos meus instintos. Poder ser inimigo, ser inimigo – isto pressupõe uma natureza forte, aliás, é o que acontece com toda natureza forte. Esta necessita resistências e, por tanto, procura a resistência: o pathos agressivo forma parte da força com igual necessidade com que o sentimento de vingança e de rancor forma parte da fraqueza".

A agressividade é sinal da minha força, do meu poder. Mas, o que passa com a minha liberdade quando o meu poder não é suficiente? Stirner nos diz: Eu sinto que a minha liberdade é diminuída quando não posso impor minha vontade a outro... ”.

Então, como se entende que se tenha afirmado que o indivíduo é radicalmente livre? Se de fato o indivíduo não puder apropriarse de tudo o que ele quiser, em que medida é

radicalmente livre? Se prestarmos atenção à citação anterior, notaremos que Stirner não fala de uma perda da liberdade, mas de uma suspensão da mesma, a liberdade continua estando na raiz da vontade não cumprida. Não se trata de uma supressão ou aniquilação da vontade ou de um poder que é mera potência não atualizada, mas de um poder que, ainda que atue, é superado por outro maior.